

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

RESUMO EXPANDIDO

ABJEÇÃO , FASCISMO DE GÊNERO E O CORPO TRAVESTI: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO TARÂNTULA

Wanise Cabral Silva¹

Fábio Tavares Marques Junior²

RESUMO:

Este presente trabalho propõe uma análise das relações de gênero na sociedade patriarcal brasileira, para além das relações simples de alteridade, destacando aquele que se encaixa no corpo-abjeto, a identidade “travesti” e as ações do Estado Brasileiro para proteger as noções de moralidade.

Palavras-chave: Abjeção; Necropolítica; Identidade de gênero; Operação Tarântula; Ditadura militar.

DESTAQUES:

- O trabalho propõe o Necrobiopoder (Bento) como chave analítica, onde a morte não é colateral, mas o *fundamento* da vida no Estado parafascista.
- A tese defende que o corpo travesti é relegado ao status de "abjeto" , uma "poluição" ontológica que o patriarcado precisa expulsar.
- A Operação Tarântula (1987) é analisada não como um "excesso", mas como a práxis exemplar da lógica de extermínio deste "corpo-abjeto".

¹ Wanise Cabral Silva; Professora Associada IV da Faculdade de Direito da UFF; wanisecabral@id.uff.br

² Fábio Tavares Marques Junior, Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense, Estudante, Fabiot@id.uff.br, <https://lattes.cnpq.br/5290575917549646>

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

- O ataque à expressão de gênero não é um apêndice da violência estatal, mas o pilar fundante do "fascismo de gênero" e da ordem patriarcal.

DESENVOLVIMENTO

O cânone das humanidades, ao discutir o que entende-se por relações de alteridade pautadas sob o domínio de controle, tem de pôr como essenciais autores como Michael Foucault e Achille Mbembe. No que tange a perspectiva Foucaultiana, a evolução histórica da configuração do poder sobre o corpo se apresenta primeiro pelo o que ele entende por “poder disciplinar”, que tem como objeto o indivíduo, tornando-o dócil e útil para que se integre nos moldes produtivos de uma sociedade em processo de industrialização. Após esse momento, o segundo marco que o Foucault propõe deu-se pela presença do “poder regulador”, relativo à ideia de população, de corpo-espécie, que, em suma, se sintetiza na clássica máxima do “Fazer viver e deixar morrer”, pressupondo que a morte é colateral, consequência da negação da vida dada pelo Estado. A evolução epistemológica do objeto apresentado é materializada a partir do que o Mbembe chama de “Necropolítica”, este nega que a morte seja colateral ao projeto populacional, que esta é a expressão máxima da soberania. O autor argumenta que, para certos corpos, a expressão ativa do estado se dá pelo “fazer morrer e - às vezes - deixar viver”, uma inversão lógica que busca explicar como o biopoder se materializa nos chamados “estados de exceção”.

A partir disso, o presente trabalho argumenta que o 'estado de exceção' descrito por Mbembe não é, para certos corpos em território brasileiro, uma suspensão temporária da lei, mas sim sua regra fundamental, que Berenice Couto entende por Necrobiopoder. Entram aqui os corpos que desafiam a própria ontologia do Estado-nação e dos pressupostos de alteridade, como os de travestis. Tais corpos não se enquadram nem como o 'Eu' (o cidadão-normativo) nem como o 'Outro' dialético (o opositor a ser dominado). Em vez disso, são relegados ao status de abjeto (Kristeva): uma 'poluição' que borra as fronteiras binárias de gênero, fundamentais para a ordem parafascista. Por não serem sujeitos de 'reconhecimento', não são alvos de biopoder ('fazer viver'), mas de expulsão do corpo social, de sujeição à vala da sociedade ocidental.

Para além das relações ordinárias de alteridade, da interação dialética entre diferentes grupos, resultando na dinâmica eu-outro, existe no seio social aqueles indivíduos que são aquém dessas relações, vistas com tamanha repulsa que não são dignas nem de ocuparem o espaço do “outro”. O abjeto, de acordo com a psicanalista Julia Kristeva, é aquele que parece vir de fora do que se entende por tolerável, aceitável, é aquilo lido por nojento,

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

UFF
Universidade
Federal
Fluminense

repugnante, inaceitável e é este que torna o sujeito “eu” puro, pois este se encontra diametralmente oposto ao abjeto.

Nesse sentido, o corpo abjeto pro seio social transcende o conceito clássico de alteridade, este é rejeitado ao ponto que sua existência é uma chaga, uma aberração, um perigo ao seio social, construído pela normatividade, pelo “eu”. A esses corpos não há sequer projeto de deixar-morrer, a normalidade para essas criaturas é a mais pura expulsão, uma rescisão compulsória do contrato social, para estes o estado democrático de direito se contorce com fito de demonstrar ao “eu” que estão seguros de sua hegemonia.

Partindo desses princípios, uma análise das relações de gênero e sexualidade no contexto sulamericano revelam que, dentro dos aspectos de moralidade que construíram a católica America Latina, a identidade “travesti” é aquela que se encaixa nas mais profundas descrições do corpo-abjeto. Para além das relações de alteridade de gênero, - bem definidas por Simone de Beauvoir ao definir que a mulher é sujeita sempre ao lugar do “outro”, sendo posta ao sexo secundário tendo o homem o lugar do “eu”, o protagonista, aquele com capacidade de transcender a propria realidade;- o corpo travesti ultrapassa essa relação, sendo vista pela sociedade patriarcal como desviante, repugnante, uma aberração aos bens-definidos papéis de gênero.

Por tal razão, faz sentido analisar a resposta do Estado Brasileiro em face dos desvios da normatividade, principalmente no que tange ao seu período mais sombrio, o da ditadura empresarial-militar de 1964. Para fundamentar essa análise, a obra de Renan Quinalha (notadamente “Contra a moral e os bons costumes”) é imprescindível. O autor demonstra como o regime não se limitou à perseguição política (o "Outro" comunista), mas se estruturou fundamentalmente sobre um pilar de repressão moral. Quinalha expõe a fusão entre a Doutrina de Segurança Nacional e a defesa dos "bons costumes", criando o que se pode definir aqui como um "fascismo de gênero". Nessa lógica, certos grupos — em razão de sua identidade de gênero ou sexualidade, via de regra mulheres, homossexuais e travestis — foram lidos como "inimigos internos" e "ameaças" à pureza da nação, sendo renegados à total desproteção jurídica do Estado.

No fim da ditadura militar, em março de 1980, o jornal Estado de São Paulo alertava sua população sobre o “perigo das travestis”, sendo estas uma repugnante oposição às “famílias decentes”. A resposta do Estado seria de confinar, reprimir, as aberrações a fim de proteger a normatividade. O que entende-se por “operação limpeza” foi um conjunto de medidas da polícia da cidade de São Paulo -que incluíram a expansão da delegacia de vadiagem e a busca por um prédio próprio para encarcerar essa população- com o intuito de reprimir a circulação de pessoas lgbtqia + no centro da cidade. Essa lógica de 'limpeza' e higienização, herdada da ditadura e descrita pela imprensa já em 1980, encontrou seu

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

UFF
Universidade
Federal
Fluminense

catalisador perfeito em meados da década: o pânico moral e sanitário da epidemia da AIDS. A doença, rapidamente codificada pela mídia como a 'peste gay', permitiu ao aparato parafascista uma nova e poderosa justificativa. A travesti, já construída como o 'corpo-abjeto' (Kristeva) e a 'ameaça moral' (Quinalha), foi agora reposicionada como o 'vetor biológico' da contaminação.

O que entende-se por operação tarântula, em 1987 consistia na prisão arbitrária e infundada de travestis e prostitutas pela justificativa destas estarem contaminando indiscriminadamente outras pessoas com HIV. A “temporada de caça” estava aberta, não era necessário qualquer tipo de evidência para encarcerar essa população, muito menos lhes era dado o direito fundamental do contraditório e da ampla defesa. Para as travestis, o estado democrático de direito se contorceu a fim de proteger o “eu”, de proteger a cis-hetero-normatividade e, para isso, aprofundou a abjeção ao corpo travesti. São nas notáveis violações das garantias que é observável que o encarceramento é uma ferramenta poderosa da necropolítica, sendo esta uma morte em vida. Essas pessoas, despidas de qualquer direito de defesa, foram agredidas, encarceradas e mortas tendo como única razão sua expressão de gênero, a grande aberração que justifica a violação do estado democrático de direito em favor da moral de dos bons costumes.

A Operação Tarântula, portanto, não pode ser lida como um "excesso" policial pontual ou um ato isolado de pânico sanitário. Ela foi, na verdade, a práxis exemplar do Necrobiopoder em solo brasileiro e a demonstração de como o patriarcado utiliza o aparato parafascista do Estado para defender sua ordem.

Este evento materializou a lógica do "fascismo de gênero" — que é a expressão autoritária da ideologia patriarcal — que sobreviveu intacta ao fim da ditadura. A análise da operação demonstra que o alvo do Estado não era um "Outro" dialético, mas um "Abjeto" a ser expurgado. A epidemia da AIDS não foi a causa da repressão, mas o catalisador que forneceu a justificativa "higienista" para um projeto de eliminação que já estava em curso

A "morte em vida" do encarceramento e a "rescisão compulsória do contrato social" que lhes foi imposta não foram um desvio da lei. Foram a correta aplicação da lei no "estado de exceção" permanente ao qual o corpo-abjeto travesti é relegado por quebrar a lógica binária do patriarcado. Comprova-se, assim, a tese central: a guerra contra a expressão de gênero não é um apêndice da violência de Estado. Ela é seu pilar fundante, a vanguarda da defesa da ordem patriarcal e a arena onde o "Eu" normativo reafirma sua hegemonia através da expulsão e da morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. (Publicação original 1949).

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, e185305, 2018.

CECCON, Roger Flores; MENEGHEL, Stela Nazareth. Fascismo de gênero: controle, opressão e exclusão de mulheres. Psicologia & Sociedade, v. 31, e180186, 2019.

KRISTEVA, Julia. Poderes do Horror: Ensaio sobre a Abjeção. Tradução de Maria do Carmo Paixão. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. (Publicação original 1980).

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018. (Publicação original 2003).

QUINALHA, Renan Honório. Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVEIRA, Viviane P. de V. L. e; SILVA, Carolina C. N. M. B. da. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34, n. 101, e3410103, 2019.